

ESTUDO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DAS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS DO MÉDIO RIO TOCANTINS

Valdir Aquino Zitzke - UFT¹

RESUMO

O processo de territorialização dos projetos de grande escala promove o deslocamento de um contingente significativo de população residente às margens do rio onde se localizam em função da formação do lago. Grande parte desta população tinha na atividade pesqueira uma das principais, senão a principal, fonte de renda, complementada pela agricultura de vazante e o extrativismo vegetal. O objetivo deste estudo é analisar as características socioeconômicas e culturais das famílias ribeirinhas do médio Tocantins - TO, que foram remanejadas para os reassentamentos rurais como forma de compensação pelos impactos sociais do empreendimento. Este estudo tem a finalidade de fornecer dados qualitativos capazes de contribuir com a análise da proposta dos reassentamentos rurais porquanto podem esclarecer a influência dos modos de vida e do saber local, historicamente construídos, no processo de construção e avaliação da eficácia das estratégias de desenvolvimento rural propostas pelo empreendedor na forma dos planos de desenvolvimento dos reassentamentos.

Palavras-chave: Atividade pesqueira. Antropologia da pesca.

RÉSUMÉ

Lê procès de territorialisation dès projects de grand dimension fait lê déliement d'un contingent significatif de la population resident dans lès cotes du fleuve où ils se sont localisé à cause de la formation du lac. La plus part de cete population avait dans l'activité pêcherie une des principales, sinon la principale, façon de rente, complémentée par l'agriculture de descendante et l'extrativisme vegetal. Lès objectifs de cet étude sont analiser lès caractéristiques sócio-économiques et culturelles dès familles marginal du moyen Tocantins, ce qui on été résumées pour lès ressiègements ruraux comme façon de compensation par lès impacts sociaux du entreprenent et de fournir donnés qualitatives capables de contribuer avec l'analyse de la proposition dès ressiègements ruraux, par compte ils péuvent éclairer l'influence de la façon de vivre et du savoir local, historiquement construé, dans lê procès de construction et évaluation de l'efficacité dès estrategies de developpment rural proposées par l'entrepreneur em forme dès plans de developpment dès ressiègements.

Mots-clé: Activité pêcherie. Antropologie de la pêcherie. Ressiègements ruraux.

INTRODUÇÃO

O presente estudo teve por objetivo caracterizar o cotidiano das famílias ribeirinhas do trecho médio do rio Tocantins - TO e resgatar o conhecimento empírico enquanto resultado das suas relações com o ambiente circundante, partindo do ponto de vista da interpretação das culturas, de Clifford Geertz (2002), e da experiência, de Joan Scott (1999). Dessa forma foi possível verificar o grau de conhecimento sobre a dinâmica própria do rio e em que medida ela se relaciona com a atividade pesqueira.

O levantamento dessas informações foi desenvolvido no ano de 2001 em três momentos distintos: o primeiro foi realizado no mês de maio, compreendendo o trecho entre os municípios de Ipueiras e Porto Nacional; o segundo foi realizado no mês de

¹ Professor Assistente do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins - UFT/ Campus de Porto Nacional e pesquisador do NEMAD. Vazitzke@uft.edu.br.

junho, compreendendo o trecho entre Porto Nacional e Lajeado. A pesquisa de campo, com a utilização de um barco, foi possível contatar alguns moradores que ainda permaneciam às margens do rio e, por meio de entrevistas, obter algumas informações. Ao total, foram realizadas onze (11) entrevistas nestes dois percursos. O terceiro momento se deu ao longo do ano através de conversas e entrevistas com dezenove (19) famílias ribeirinhas remanejadas para os reassentamentos rurais planejados pelo empreendimento hidrelétrico. Para a obtenção dos dados foi elaborado um roteiro de entrevista com questões abertas e fechadas.

A área de estudo compreendeu o trecho do médio Tocantins, entre os municípios de Ipueiras e Lajeado, apresentando uma vegetação de cerrado entremeadado por manchas de floresta ripária. Este trecho compreende, além das áreas dos municípios já citados, áreas de Miracema do Tocantins, Brejinho de Nazaré, Porto Nacional e Palmas.

A Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães, localizada no município de Lajeado, formou um reservatório com uma área de 750 Km² e 173 Km de extensão. A construção desta UHE é resultado dos estudos de inventário da bacia do rio Tocantins, iniciados em 1972, e interligado ao Sistema Energético de Tucuruí (PA) e Serra da Mesa (GO), constituindo-se na primeira UHE privada construída no Brasil.

1 - A POPULAÇÃO ATINGIDA

O principal impacto provocado por este empreendimento foi o deslocamento da população que morava na área do reservatório, integrada por 1.500 famílias, sendo que quase 1.000 distribuídas nas áreas rurais e pouco mais de 500 em áreas urbanas, e a transformação dos sistemas econômicos e culturais pré-existentes.

A pesquisa sócio-econômica realizada na área rural, para a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental/Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente, EIA/RIMA (INVESTCO, 1997), identificou 1.239 estabelecimentos rurais, onde residiam 997 famílias, resultando em um total de 4.130 pessoas. Do total de estabelecimentos rurais, 60,5% eram minifúndios (até 80h/a) e ocupavam apenas 3,3% do total da Área Diretamente Afetada. Em contrapartida, 57% da área total era ocupada por 22% dos estabelecimentos, indicando grande concentração fundiária. Do total de proprietários só 36% residiam no estabelecimento rural.

Em relação aos 997 chefes das famílias que residiam nos estabelecimentos rurais destacamos que: 41% eram donos do domicílio onde moravam, 35% eram funcionários, 23% eram ocupantes e 1% eram arrendatários ou locatários. Mas daqueles que se declararam donos das residências, 20% afirmaram terem escrituras, 20% terem o diretório de posse e 1% não especificaram (INVESTCO, 1997).

O EIA/RIMA recomendou a execução de 29 programas de mitigação e de compensação e, entre eles, o Programa de Remanejamento da População Rural, com o objetivo de propor alternativas de relocação e/ou indenização para as 997 famílias que moravam na área rural a ser inundada pelo reservatório, de modo a garantir-lhes a possibilidade de escolha de tratamento que melhor se adaptasse às suas necessidades e expectativas.

As propostas para os proprietários de pequenos estabelecimentos, ocupantes e posseiros eram as seguintes:

- Indenização em dinheiro aos proprietários com título ou documento de posse;
- Reassentamento coletivo;-
- Auto reassentamento mediante carta de crédito ou sistema de troca de terra por terra;
- Moradia e assistência social.

2 - O PROCESSO DE REMANEJAMENTO

A experiência brasileira concluiu que não bastava a desocupação da área de inundação, mas que àquelas providências deveriam ser agregadas outras tantas,

orientadas para o bem-estar, para a preservação de valores e fatores culturais e para os próprios direitos humanos da população atingida. Incluem-se aqui as ações destinadas a partir das perdas do potencial econômico, imposto sobre a propriedade e, por extensão, à região. A necessidade de um planejamento minucioso das ações na área social dos projetos deverá conter a elaboração e execução de planos de desenvolvimento, consolidando as proposições e programada, com os parceiros institucionais, a retomada da auto-sustentação social e econômica regional.

Cada comunidade e, dentro delas, os campos sociais, são regidos por um conjunto de capacidades adquiridas, associadas às preferências, relacionamentos, hábitos e comportamentos socialmente padronizados que constituem sua cultura. Cada grupo tem sua maneira de se relacionar com outros grupos e comunidades, construindo um ideal social (MÜLLER, 1995).

O reassentamento tentará fazer com que cada propriedade se torne a base onde a família desenvolverá o ciclo de sua vida. Representará, então, junto com o sustento, a memória, o sentimento, um patrimônio para os filhos e a segurança para a velhice. Cada benfeitoria terá um sentido próprio, um tempo, uma abstração, além de sua funcionalidade.

Esse mesmo sentimento se reflete nas relações com seus vizinhos e, indo além, onde a comunidade se encontra para uma vida social com parentes, amigos e parceiros comerciais, para educar seus filhos, adquirir gêneros, pedir e oferecer ajuda e cooperação, para suas devoções religiosas e enterrar seus mortos. Neste meio se formam e se consolidam hábitos, costumes, folclore, cultura.

Hoje, aos reassentados, estão sendo oferecidas algumas linhas de crédito através das Associações constituídas por eles, e insumos para produzir, ainda que seja discutível a eficácia desse sistema. A noção de que viviam mais felizes e com mais fartura no passado reporta à importância da tradição para estas famílias. A infraestrutura oferecida a elas como compensação/indenização pela desapropriação de suas terras e moradias não trouxe "tranquilidade" às famílias, nem o conforto de uma vida farta, mas destruiu as condições materiais que eram a base das representações de seu universo simbólico.

A idéia de fartura está relacionada ao passado, seja quando as famílias desenvolviam a atividade agrícola, seja pelo fácil acesso das mesmas ao rio e a abundância de peixes, permitindo que muitas delas pudessem usufruir o mesmo.

3 - A POPULAÇÃO RIBEIRINHA

Do ponto de vista socioeconômico, a população ribeirinha, aqui referenciada, não contribui de forma significativa para a economia regional e, desta forma, não se torna importante na elaboração das políticas públicas. Mas do ponto de vista histórico e cultural, a comunicação e/ou relato do seu conhecimento produz uma riqueza de informações sobre dimensões da vida e das suas atividades. Como afirma Joan Scott (1999), *"o que poderia ser mais verdadeiro, afinal, do que o relato do próprio sujeito sobre o que ele/ela vivenciou?"*

A história das atividades produtivas das populações ribeirinhas no rio Tocantins constitui-se num reflexo das formas de relações entre a sociedade e a natureza ao longo do tempo. São impressões difusas que permitem diferentes reinterpretações.

A agricultura e a pesca, fundamentais para a sobrevivência das famílias, tem características que não chegam a se constituir numa exceção dentro do contexto tocantinense das populações ribeirinhas. As especificidades da agricultura e a atividade pesqueira contribuem para a construção de um conjunto de valores onde o rio assume um papel fundamental na elaboração do conjunto de saberes destas populações.

A análise do modo de vida destas populações é uma tentativa de compreender as bases materiais sobre as quais se construíram as formas de relação com a natureza e a importância destas atividades na elaboração de sua identidade.

A pequena economia familiar de várzea, caracterizada por atividades de extrativismo vegetal (frutos e plantas do cerrado) e animal (pesca), entraram em decadência a partir da implantação do primeiro grande projeto de desenvolvimento no médio curso do rio Tocantins, a UHE Luiz Eduardo Magalhães, e da implementação de políticas de desenvolvimento com a re-edição do discurso da integração nacional, que serviu de base para a criação do estado do Tocantins.

A atividade agrícola está intimamente relacionada ao regime hídrico do rio, baseando seu calendário no ciclo das vazantes e enchentes, representando um estreito vínculo do morador ribeirinho com o tempo da natureza. As culturas mais comuns são melão, melancia, maxixe, pimenta, feijão, banana, abóbora, arroz, milho, mandioca, mamão, quiabo, jiló, pepino, inhame e hortaliças em geral.

4 - O AGRICULTOR-PESCADOR-COLETOR

Para muitas famílias ribeirinhas no rio Tocantins a pesca não configurava a atividade principal de sobrevivência do grupo familiar. Na verdade, a pesca se constituía em atividade produtiva, apenas em determinadas épocas do ano, entre os meses de maio a novembro, e quando não havia, ou era precária, a fiscalização por parte dos órgãos responsáveis, principalmente na década de 80. A partir da década de 90, com a criação do estado do Tocantins, a fiscalização foi ampliada e intensificada de forma ostensiva, o que retraiu a atividade pesqueira.

Grande parte das famílias ribeirinhas vivia da pequena agricultura familiar, da criação de pequenos animais, da coleta de frutos do cerrado e da pesca. A ordem de importância destas atividades produtivas dependia da localização da propriedade da família em relação ao rio, da época do ano e das relações sociais que elas desenvolviam com comerciantes das áreas urbanas.

Estas famílias viviam da roça, delas tirando seu sustento, utilizando o rio de diferentes maneiras, como lazer, higiene, limpeza, para a pequena criação de animais e consumo próprio, para beber e cozinhar, não se preocupando com nenhuma forma de tratamento. Da roça vinha a maior parte da alimentação do grupo familiar, como o feijão, o milho, a mandioca, a abóbora, a banana, a melancia, o jiló, o quiabo, o tomate, entre outros. A pesca complementava a dieta alimentar, fazendo parte das refeições em quase todos os dias.

Os ribeirinhos apresentam baixa ou nenhuma instrução, formando grupos, em média, com oito pessoas e até o momento do remanejamento das famílias para os reassentamentos, se conformavam com o que possuíam. Tanto antes quanto agora, gostariam de levar uma vida melhor para si e para seus descendentes, com certa fartura de bens materiais e bem-estar social. Acreditavam, enquanto ribeirinhos, na interferência paternalista do Estado para resolver seus problemas e representá-los. Hoje, na condição de reassentados, estão em processo de organização coletiva, o que lhes exige maior envolvimento e participação política na defesa de condições mínimas de sobrevivência e reprodução social.

Uma noção fundamental para a compreensão do valor da pesca na organização da vida social e afetiva dos ribeirinhos é a autonomia, que se caracteriza pela maneira como era realizada. Sempre em barcos próprios ou pertencentes a um compadre ou companheiro de pesca. O fácil acesso aos barcos e a ausência ou flexibilidade das relações hierárquicas que os obrigassem a transações comerciais pré-estabelecidas, permitia que os pescadores saíssem para a pesca em função de suas necessidades e disponibilidade, o que não significa que tivessem uma vida "descansada".

A vida do ribeirinho é considerada por eles como uma vida tranqüila, como podemos verificar no depoimento do Seu Antônio, antigo morador da localidade denominada Carreira Comprida, à margem direita do rio Tocantins: *"era só botá o arroiz pra cozinhá, vai no rio, jogá a linha, puxá o peixe; vortá pra casa e fritá. Nesse tempo o*

*arroz já tá pronto e é só comê*².

A autonomia e a liberdade são faces da vida pelas quais os ribeirinhos justificam o prazer de viver na beira do rio. A autonomia aqui mencionada é no mesmo sentido utilizado por Collingwood, citado por Scott (1999, p.32), como sendo *"a condição de o indivíduo ser a sua própria autoridade (...) tomando certos rumos de acordo com sua própria iniciativa, e não porque essas afirmações ou ações são autorizadas ou prescritas por outra pessoa"*.

Por estarem em contato direto com o ambiente, observando seus movimentos e ritmos, convivendo e interagindo intensamente com ele, o ribeirinho desenvolve um conjunto de saberes que formam as teias de relações e de significados que Clifford Geertz (2002) se propõe a interpretar.

O ritmo/organização do cotidiano, o conhecimento e as opiniões dos ribeirinhos são fruto de suas experiências e não de suas reflexões deliberadas sobre elas. Como afirma Geertz (2002, p.114), *"os argumentos do senso comum (...) não se baseiam em coisa alguma, a não ser na vida como um todo"*.

5 - O SABER LOCAL

A partir da afirmativa de Geertz, podemos considerar o senso comum como um sistema cultural, e os ribeirinhos como atores sociais capazes de captar a realidade através da experiência e de chegar a conclusões sensatas a partir desta mesma realidade. Se o bom senso e a interpretação da realidade são construídos historicamente, sujeitos, portanto, a padrões de juízo historicamente definidos, isto, para Geertz (2002, p.116), *"é um sistema cultural, embora nem sempre muito integrado"*.

O mesmo autor atribui certas qualidades um tanto incomuns ao bom senso, sendo que a análise de cada uma delas nos permite, hoje, compreender o comportamento e as atitudes dos reassentados e suas dificuldades de se relacionar com a dimensão jurídica da sociedade.

A primeira e, talvez, a mais essencial, é a **naturalidade**: uma coisa é de uma determinada forma porque é da sua natureza, é sua obviedade, tem um sentido. Para o ribeirinho, ultrapassar essa dimensão política simples das coisas para uma dimensão mais complexa, onde se situam diferentes interesses, individuais e coletivos, públicos ou privados, torna-se uma tarefa muito difícil. Pensar de forma complexa, para eles é pensar para além do óbvio. Isto não significa que seu cotidiano seja simples do ponto de vista de que não existam preocupações para além das suas atividades produtivas; ao contrário, existem preocupações a respeito da manutenção do grupo familiar, das relações com os vizinhos e companheiros, da comercialização dos seus produtos, com as modificações no seu ambiente, como a diminuição da oferta de peixes, com a alteração do ritmo das chuvas, com a pesca predatória exercida por pescadores urbanos, entre outras. Por isso mesmo, desenvolveram uma gama de saberes, aquilo que Levi-Strauss, citado por Geertz (2002, p. 133), denominou de *"sistemas de conjuntos de conhecimentos empíricos que não parecem ter qualquer utilidade prática para eles"*.

Este (re)conhecimento do ambiente não tem um sentido estritamente pragmático de utilidade, mas, um sentido maior, que poderia ser chamado de sagacidade, e constitui-se na segunda qualidade do bom senso, a **praticabilidade**. O ribeirinho, que vive num ambiente específico, precisa conhecer os ritmos do rio, seu ecossistema, as relações tróficas entre os animais e as plantas, as épocas de reprodução dos peixes, a alimentação de cada espécie de peixe, as épocas mais indicadas para a pesca, os locais de desova, as plantas da vegetação ciliar e os animais que ali vivem, entre outros, sejam eles úteis ou não.

² Entrevista concedida ao autor no ano de 2001, quando da pesquisa sobre a população que seria remanejada.

Este conhecimento é o resultado da relação homem/mulher- natureza de uma forma harmônica ou, numa palavra mais atual, sustentável. O remanejamento destas populações para áreas de solos pobres e carentes em água está exigindo dos ribeirinhos a re-elaboração de novas relações socioambientais a partir do reconhecimento dos elementos constitutivos do novo ambiente e do seu funcionamento, sua estrutura e ritmos próprios.

A **leveza**, outra qualidade atribuída ao bom senso por Geertz, considera que o mundo é aquilo que um indivíduo acredita que é, onde a sobriedade e o realismo são a chave para a sabedoria e tudo o que realmente importa está espelhado sobre a superfície da terra. Esta qualidade, de certa forma, complementa a naturalidade no sentido de que não se pode negar a obviedade das coisas. As respostas para as perguntas do cotidiano não estão escondidas nas profundezas da terra nem precisam ser decifradas por meio de códigos complexos.

A qualidade **não-metodicidade** caracteriza o prazer dos ribeirinhos de falar dos sentimentos e da vida de um modo geral, na forma de provérbios, de piadas, de ditos populares e de relatos, e não na forma de doutrinas formais, de teorias ou de dogmas. Isto caracteriza o que Geertz (2002, p.134), chama de "*forma paradigmática da sabedoria popular*", caracterizando a não-metodicidade do bom senso de forma mais acentuada.

A **acessibilidade** é a qualidade que pode ser considerada como uma consequência lógica das anteriores, na medida em que qualquer sujeito pode captar as conclusões do bom senso, adotando-as, desde que elas tenham sido apresentadas de uma forma suficientemente verossímil.

Neste sentido, o bom senso é aquilo que resta quando todos os demais tipos de saberes, isolados ou articulados, esgotarem seus argumentos ou o que sobra quando a razão não explica.

6 - A ATIVIDADE PESQUEIRA

Esta era realizada com redes de espera com malhas entre 10' e 22', com altura média de 2,5 metros e roda em torno de 12 a 15 metros. Muitas famílias possuíam aparelho de pesca próprio, bem como barcos de madeira a remo. Poucos pescadores, apenas os que residiam nas áreas urbanas, possuíam auxiliares, geralmente parentes ou amigos. Estes se constituíam, especificamente, em pescadores artesanais, uma vez que viviam exclusivamente da pesca, não detinham os meios de produção e nem os meios de conservação do pescado, como o congelamento, e pescavam o suficiente que carregavam nos seus pequenos barcos para alimentar o grupo familiar e vender o excedente.

A comercialização do pescado fresco ou *in natura* era feita em diversos locais, não havendo pontos fixos de comércio. A venda do pescado seco (desidratado) ou salgado praticamente não existia. Estas técnicas eram utilizadas por poucas famílias, apenas para o consumo próprio. Dependendo da localidade, o pescado era vendido na casa do pescador, na rua, na feira ou diretamente para comerciantes das áreas urbanas, principalmente em Porto Nacional, que faziam encomendas. A renda proveniente da pesca ficava em torno de 1 a 2 salários mínimos, raramente ultrapassando a este valor.

Na década de 90, com o aumento da fiscalização, a disponibilidade da energia elétrica e o surgimento de relações capitalistas nas áreas urbanas, alguns pescadores se associaram a comerciantes dos centros urbanos maiores e tiveram acesso aos meios de congelamento, realizando a pesca durante a noite, para driblar a fiscalização, e armazenando o pescado em freezers nas suas casas.

As espécies mais pescadas eram caranha, cachorra, piabanha, filhote, dourada, pacu, pacu-banha, barbado, piau, jaú, surubim, surubim-chicote, fidalgo, mandi, mandi-moela. Espécies como cari, candiru e pirarara eram descartadas, mas hoje nenhuma espécie de pescado é mais descartada. A dourada, devido à sobre-pesca, desapareceu do rio Tocantins. Pelo mesmo motivo, diminuiu sensivelmente a

quantidade de caranha. Das espécies capturadas, a caranha, a piabanha, o pacu, o piau e o filhote, eram e ainda são considerados peixes nobres, por apresentarem uma carne com melhor sabor, alcançando, nos dias de hoje, de R\$ 4,50 a R\$ 5,00, o quilô.

É de conhecimento de todos os entrevistados que a captura de peixes tem diminuído nos últimos anos. Para alguns, o barulho proveniente da presença de *jet skis* e "voadeiras" (barcos de alumínio com motor de popa) no rio, que vem aumentando consideravelmente em função do lazer, é uma das causas da diminuição do pescado. Para outros, a pesca clandestina com redes de espera em vários locais do rio, realizada à noite, atualmente, também é um motivo.

Em função de seu modo de vida, os ribeirinhos apresentam o traço característico da desconfiança com pessoas estranhas, manifestando constrangimento com a presença do pesquisador. Este fato, somado ao desconhecimento do uso de suas informações, faz com que muitas informações importantes sejam omitidas ou muitas inverdades sejam emitidas. Diante disso, surge a dificuldade de se elaborar um estudo mais completo e consistente. Muitas informações presentes neste estudo foram resgatadas a partir de relatos de pescadores com idade avançada e que já não desenvolvem mais a atividade pesqueira, além de antigos comerciantes de Porto Nacional.

Para o desenvolvimento da atividade pesqueira, o ribeirinho precisava desenvolver certos conhecimentos a respeito do rio e dos movimentos dos peixes, além de seus ciclos de vida. Desta forma, reconhecer os locais mais adequados à determinada espécie de peixe, os locais de desova e de procriação e era muito importante. Os entrevistados reconhecem os Travessões Santa Maria, Omães e Santa Luzia como sendo ricos em caranha, mandi-moela e jáu, em tempos passados. Com a construção de Palmas, diminuiu a quantidade de caranha no Travessão Santa Luzia. Da mesma forma, a localidade de Carreira Comprida era muita "rica" em peixes. No córrego Curumim predominava Curimatá³.

Os entrevistados reconhecem e indicam como locais antigos de desova os córregos, brejos e afluentes ("pernas de rio") do rio Tocantins que apresentavam águas calmas, como Córrego Grande, Matança, Francisquinha, Mangue, Água Suja, Atoleiro e Crixá, que também se constituíam em criatórios. Os rios e córregos como Tocantins, São Valério, Crixá, Santa Tereza, Santa Luzia e Santo Antônio eram onde mais se observavam os movimentos de subida de cardumes para a reprodução, como curimatá, caranha, piau, ladim, piabanha, piau, papa-terra, curimba, cachorra, pacu, pirarucu, tucunaré, barbado, compreendendo o período de outubro a janeiro, com pequenas variações de tempo para cada espécie. Nos meses anteriores às entrevistas, já era mais difícil verificar a subida de cardumes no rio Tocantins. Para os ribeirinhos, a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí trouxe as primeiras alterações no movimento dos cardumes, influenciando na piracema.

O período de desova compreendia o período entre os meses de outubro a fevereiro para a maioria das espécies. Alguns ribeirinhos informaram que a alteração do nível do rio, nos últimos anos, estava interferindo no período de desova destas espécies, uma vez que já haviam observado desova em diferentes épocas do ano.

No que se refere à biologia dos peixes, os ribeirinhos reconhecem diferentes alimentos para algumas espécies. O tucunaré é reconhecido como essencialmente carnívoro, se alimentando de outras espécies de peixes. Outras espécies são classificadas como onívoras, se alimentando tanto de pequenos peixes quanto de vegetais, como a caranha (frutas), o pirarucu (sementes e pequenos peixes), o mandi-moela (minhocas) e o baiacu (lama, larvas e minhocas). Outras espécies aceitam a "ceva", constituída de produtos vegetais moídos, como arroz, soja, mandioca, frutas, como o piau, o pacu-manteiga e o pacu, podendo ser capturados através desta técnica.

³ De acordo com os moradores das localidades de Carreira Comprida e Atoleiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo sobre as famílias ribeirinhas de um trecho do rio Tocantins, antes da formação do reservatório da UHE Luís Eduardo Magalhães, forçosamente incompleto pela escassez de estudos anteriores e pela dificuldade de informações complementares às obtidas durante as entrevistas, demonstrou que estes moradores possuíam um amplo conhecimento da dinâmica do ambiente em que viviam, incluindo, principalmente, o regime do rio e a biologia dos peixes.

O remanejamento destas famílias para áreas de solos pobres e deficientes em água promoverá a substituição do saber empírico anterior, fato este observado quando da realização das entrevistas, ao mesmo tempo em que propiciará o surgimento de novas relações socioambientais e novos saberes sobre o lugar onde se encontram atualmente, como estratégia para a manutenção do grupo familiar. Por outro lado, contrariamente, poderá forçar a migração destas famílias para áreas urbanas pela incapacidade de reconstruírem novas relações com o ambiente.

Diante disso, propõe-se a realização de novos estudos que enfoquem a atividade pesqueira em suas especificidades, principalmente do ponto de vista da produtividade e da comercialização. Esta observação se faz pertinente quando se sabe da importância econômica que o rio Tocantins apresenta atualmente em termos de geração de energia elétrica para o país, iniciado com a construção de Tucuruí, no Pará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, A. A. et alli. A pesca no reservatório de Itaipu: aspectos socioeconômicos e impactos do represamento. In: **FUNDIBIO. Ecologia de reservatórios: estrutura, função e aspectos sociais.** Raoul Henry, editor: Botucatu/FAPESP, p. 281-319, 1999.

BERTOLETTI, J. J. et alli. Aspectos sócio-econômicos da comunidade pesqueira da bacia inferior do Mampituba RS/SC. In: **Comunicações do Museu de Ciências.** PUC-RS. Porto Alegre, n. 14, p.01-39, 1983.

INVESTCO. **Estudo de Impacto Ambiental. Relatório de Impactos sobre o Meio Ambiente.** Palmas/TO, INVESTCO, 1997.

FERNASIDE, P.M. Impactos sociais da barragem de Tucuruí. In: **FUNDIBIO. Ecologia de reservatórios: estrutura, função e aspectos sociais.** Raoul Henry, editor: Botucatu/FAPESP, p.221-244, 1999.

GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** 5 ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. PRODIAT/PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BACIA DO ARAGUAIA-TOCANTINS. **Diagnóstico da bacia do Araguaia-Tocantins.** Volume 2 (Recursos Naturais). Brasília, 1982.

MÜLLER, A. C. **Hidrelétricas, Meio ambiente e desenvolvimento.** São Paulo: Makron Books, 1995

SCOTT, J. W. Experiência. In: SILVA, A. L. do; LAGO, M. C. de S. e RAMOS, T. R. O. (Orgs.). **Falas de gênero.** Florianópolis, SC: Mulheres, 1999.